



**Critérios de Pesquisa:**

**Período:** 01/10/2022 a 31/10/2022

**Indexação:** "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/3

---

135.2022	Sessão Ordinária - CD	05/10/2022-16:24
Publ.: DCD - 06/10/2022 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER
		DISCURSO

---

**Sumário**

Agradecimentos aos eleitores amazonenses pela reeleição do orador. Alto índice de miséria e pobreza no Estado do Amazonas. Compromisso do orador com a geração de emprego e renda no País. Defesa da votação da reforma tributária. Apelo à Presidência para a priorização da votação de projeto referente à telemedicina. Necessidade de maior transparência na aplicação dos recursos destinados à educação.

---

**O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho nesta tarde a esta tribuna agradecer a uma parcela significativa da população do meu Estado, tanto da cidade de Manaus quanto do interior, que me permitiu a recondução ao mandato de Deputado Federal por mais 4 anos.

Quero, ao agradecer, reafirmar o nosso compromisso de lutar pelo desenvolvimento do Amazonas e da Amazônia com sustentabilidade ambiental, mas também social. Não é justo que um Estado como o Amazonas, que tem sob sua responsabilidade — que nós amazonenses na essência carregamos — ser o maior Estado da Federação Brasileira, com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, e também ser o Estado que tem o maior volume de floresta preservada em pé — considerando as áreas urbanas da cidade, isso supera 97% de área preservada —, tenha grande parte da sua população, tanto da cidade de Manaus quanto do interior, convivendo com a miséria, com a pobreza, com a desigualdade social. Segundo dados do IBGE, 44,5% da população estão abaixo da linha da pobreza.

Por isso, ao vir a esta tribuna agradecer ao povo amazonense, quero me manifestar e dizer que este Parlamento tem uma responsabilidade significativa de atuar no que diz respeito aos grandes desafios deste País para a geração de emprego, de renda e de oportunidades.

Mas nós não podemos perder a perspectiva das desigualdades regionais e do



desenvolvimento regional. Inúmeras vezes subimos a esta tribuna para defender o modelo do Polo Industrial de Manaus, que tem, no seu parque, o maior polo eletroeletrônico, que gera mais de cem mil empregos diretos, mais de quatrocentos mil empregos indiretos e que teve um faturamento, no ano anterior, de aproximadamente 160 bilhões de reais, mostrando a sua importância, a sua pujança, mas também contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da região. Não é à toa que, muitas vezes, o Amazonas, sozinho, em função desse modelo e contradizendo aqueles que chamam o Estado de paraíso fiscal, é, do Norte do Brasil, o Estado que mais arrecada tributos federais, isolado.

Então, eu volto hoje a esta tribuna para, ao reafirmar o nosso compromisso para com o Estado do Amazonas, falar da importância desse Estado para a Federação, mas também para a região.

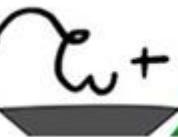
A BR-319 é um desafio para todos nós, não só pelo isolamento dos Estados de Roraima e do Amazonas, mas pela necessidade de melhoria do trânsito, pela necessidade de garantir o direito de ir e vir da população da Amazônia Ocidental e também o desenvolvimento econômico, haja vista que, interligando a BR-319, a BR-174 e a Transoceânica, nós vamos permitir aproximar o Atlântico do Pacífico. Esse modal contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento econômico do nosso País, encurtando o tempo para o transporte e aprimorando a relação comercial com inúmeros países.

Sr. Presidente, eu entendo que este Parlamento tem inúmeros desafios. Já passou da hora de votarmos a reforma tributária; de definirmos e contribuirmos com o futuro Governo no que diz respeito à questão do ajuste fiscal e à necessidade de trabalharmos para o desenvolvimento econômico e pela redução dos encargos sociais, dos encargos trabalhistas impostos a todo aquele que empreende e trabalha neste País. Nós não podemos mais transferir essa carga. Existem itens que não comportam mais esse peso para aquele que empreende neste País, seja o dono de uma pequena lanchonete aqui em Brasília, seja o proprietário de uma pequena lanchonete na cidade de Manaus.

Nós precisamos fazer com que o ambiente de negócios neste País seja dinâmico e que a economia retome o crescimento. Nós precisamos enfrentar o desafio da inflação e gerar oportunidades de emprego e renda. Eu entendo que este Parlamento tem um papel fundamental e importante, e esse debate não pode mais ser adiado.

Sr. Presidente, eu faço um apelo a esta Presidência para que nós possamos, pelo Colégio de Líderes, priorizar a votação do projeto que trata da telemedicina, a fim de regulamentarmos no Brasil essa prática e permitirmos que, lá no posto de saúde, nós possamos ter a atenção do especialista nessa fila que não diminui no sistema público de saúde.

A pandemia mostrou para todos nós a ineficiência da gestão da saúde em vários Estados e cidades brasileiras, e não é justo que principalmente a



população mais pobre pague com a doença e, muitas vezes, com a morte por não ter acesso a um exame, a um diagnóstico e a um especialista.

Eu entendo que este Parlamento tem que avançar nessa votação e que nós podemos discutir ainda neste ano, no orçamento, a definição de recursos para que possamos iniciar o atendimento por meio da telemedicina em todo o nosso País. Numa região como a nossa, na Amazônia, os povos isolados, como a população indígena e a população ribeirinha, sofrem muito mais, mas isso não quer dizer que as populações dos grandes centros também não padeçam por falta de acesso a uma política de saúde de qualidade.

Sr. Presidente, V.Exa., como eu, é membro da Comissão de Educação. Nós precisamos trabalhar para que haja mais transparência na aplicação dos recursos da educação, assim como nos critérios de avaliação dos recursos aplicados por Município e por Estado brasileiro.

Dito isso, Sr. Presidente, eu só quero agradecer mais uma vez os mais de 102 mil votos que recebi da população do meu Estado, parabenizar todos aqueles que foram reconduzidos e os novos eleitos e agradecer a Deus pela oportunidade.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

---

#### Documento 2/3

---

136.2022

Sessão Ordinária - CD

10/10/2022-16:00

Publ.: DCD - 11/10/2022 -

Joenia Wapichana-REDE -RR

PELA ORDEM  
DISCURSO

BREVES COMUNICAÇÕES

---

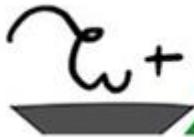
#### **Sumário**

Posicionamento da oradora sobre propostas de reforma administrativa e tributária em tramitação no Congresso Nacional. Necessidade de fortalecimento pelo Estado das áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia. Apoio à luta dos servidores públicos por melhores condições e trabalho e pela valorização da categoria.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR)** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente Rossangela Gomes.

Neste momento em que nós estamos dialogando sobre propostas para o povo brasileiro, para uma nova administração do País, é importante falar dos



desafios que este Parlamento vai ter nos próximos dias, nos próximos meses, quando vai debater as reformas que estão sendo propostas: reforma administrativa, reforma tributária, reforma de vários espaços públicos. É preciso ouvir o povo brasileiro.

Durante essa caminhada, esses 45 dias de campanha, eu pude ouvir as preocupações dos nossos servidores públicos, que estiveram muitas vezes à frente do combate à pandemia, atendendo as pessoas, salvando vidas. Eu vi o quanto o nosso País tem que dar respostas a esses servidores, no sentido da valorização do serviço público, do fortalecimento do SUS, para que sejam sanados problemas básicos.

No Estado de Roraima, pessoas me questionaram por estarem há 5 anos aguardando uma cirurgia para retirada de pedra na vesícula. Tuxauas de comunidades indígenas estão sofrendo com dor, sem poder andar, sem receber uma resposta do Estado. Não há bisturis nos hospitais públicos. Muitas pessoas estão necessitando de um fortalecimento da saúde.

Da mesma forma, isso ocorre com a educação, que teve recursos cortados, contingenciados. As universidades precisam ampliar o setor de pesquisa, e não o inverso. É preciso valorizar as pesquisas que temos hoje, a ciência, a tecnologia, justamente para fortalecer o nosso País. Os acadêmicos esperam ser valorizados, para continuarem trabalhando por todo esse tempo que passam nas universidades. Hoje, nas universidades, muitas vezes, o difícil é permanecer. O Estado deveria oferecer esse apoio, justamente para que houvesse uma resposta para a juventude.

Quero falar também sobre a reforma administrativa que nós estamos discutindo. A meu ver, uma reforma administrativa deveria fortalecer esses serviços, essas estruturas; não o contrário. O serviço público deve ser valorizado. Nem todos têm condição, Deputado Jorge Solla, de pagar por uma cirurgia particular, nem todos têm condição de colocar seus filhos numa escola particular. Então, o povo precisa disso para enfrentar outras crises que nós estamos vivendo, como a crise econômica. As pessoas estão passando fome. Essas pessoas têm uma perspectiva de receber uma bolsa que vai auxiliar sua família, mas isso tem que ser combinado com outras políticas públicas para a juventude e para as pessoas que não têm emprego, que estão hoje desempregadas, que precisam dos serviços públicos.

Eu também venho falar da questão tributária. Muitas vezes, nós discutimos aqui essa reforma muito parcelada. Nós precisamos de uma reforma progressiva, sustentável, alinhada com a situação do povo, que precisa ter uma resposta, para não acontecer novamente uma crise como a que está acontecendo.

Com essas reformas, nesta Casa, muitas vezes pensa-se em retirar direitos, mas deve ser o contrário: essas reformas devem prover o povo de direitos que já são garantidos na Constituição brasileira, em vez de oferecer segurança para uma

parte que está de olho nos recursos públicos enquanto os outros continuam na vulnerabilidade.

Nesse momento de campanha, é preciso prestar muita atenção nas propostas que nós estamos ouvindo dos candidatos. Essas propostas visam atender o povo ou atender um grupo com interesse puramente individual, particular?

Eu venho chamar a atenção de todos aqui porque muitas preocupações me chegam em relação à reforma administrativa. Será votada ou não será votada? Há apreensão, há preocupação em relação aos direitos adquiridos, à estabilidade, em razão da reforma administrativa que o nosso País está discutindo.

Venho aqui me solidarizar com todos os servidores públicos que estão lutando para que o nosso País esteja em melhores condições para atender o povo. Espero que realmente sejam valorizados os direitos sociais, os princípios constitucionais, os direitos fundamentais da pessoa humana. Isso ocorrerá através de uma reforma administrativa positiva, não de uma negativa. Precisam ser fortalecidos o serviço público, os servidores públicos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 3/3

137.2022 Sessão Ordinária - CD 11/10/2022-16:04  
Publ.: DCD - 12/10/2022 Tiago Mitraud-NOVO -MG

## BREVES COMUNICAÇÕES

## BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

## **Sumário**

Premência de apreciação das reformas tributária e administrativa pelo Congresso Nacional. Satisfação com a decisão do Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa (PEC da Reforma Administrativa). Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, sobre o reajuste do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal. Contrariedade a proposta de reajuste do subsídio dos Parlamentares.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Paula Belmonte. É um prazervê-la sentada nessa cadeira.

Presidente, acho que a mensagem que eu quero passar aqui hoje é a de que,



durante o período eleitoral, em especial no primeiro turno, em que praticamente todos os Deputados desta Casa estavam engajados na eleição, era natural o trabalho da Câmara dar uma certa esfriada, com o foco nas eleições, mas agora já estamos na segunda semana após o primeiro turno, não há mais praticamente nenhum Deputado concorrendo, exceto alguns Deputados que estão no segundo turno da disputa para o cargo de Governador, e ainda assim não retomamos o ritmo de trabalho nesta Casa.

Não aprovamos nenhuma reforma tributária ao longo dos últimos 4 anos. Esta é uma legislatura que teve início com a promessa de que seria reformista, e corre o risco de entregar, ao fim deste ano, o mesmo sistema tributário complexo, pesado, incapaz de permitir um mínimo de produtividade no Brasil que herdamos 4 anos atrás. Quando é que vamos finalmente colocar a reforma tributária em votação nesta Casa?

Espero que não concluamos esta legislatura sem aprovar o início de uma reforma administrativa. O tamanho do Estado, o peso do Governo brasileiro, a improdutividade do Governo brasileiro continua a mesma. Em muitos aspectos, só tem piorado. Não podemos ser uma legislatura que se recusou a aprovar uma reforma administrativa que teve amplo apoio na Comissão Especial e tem potencial de limitar muito os privilégios que existem hoje na elite do funcionalismo público e as ineficiências que existem hoje na estrutura do Estado.

É urgente que essas reformas — cito somente duas das principais — voltem à pauta do Congresso Nacional.

Fiquei feliz de ver, recentemente, uma sinalização do Presidente Arthur Lira, pela imprensa, de que a reforma administrativa, a PEC 32/20, seria votada em breve. Pois bem, estamos prontos aqui para votar essa PEC, inclusive cumprindo o acordo que foi feito na Comissão Especial, o que inclui, através de destaque, dispositivo que alcança juízes, magistrados, desembargadores, promotores, todos os Poderes. Não é possível que somente os mais privilegiados fiquem de fora dessa proposta de emenda à Constituição.

Infelizmente continuamos vendo, no Brasil inteiro, casos absurdos de juízes que cometem crimes e são punidos com aposentadoria compulsória. Recebem os mesmos salários pelo resto de suas vidas sem que precisem trabalhar. Eles se transformaram em juízes criminosos e são punidos com aposentadoria compulsória. Que país é este, onde a maior parte da população perdeu renda durante a pandemia, e o STF manda um projeto para Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional, querendo aumentar os próprios salários para mais de 46 mil reais?

Precisamos colocar urgentemente um fim nisso. Não é possível que vamos continuar vivendo em um País de privilégios. Não é possível que vamos continuar vendo a elite dos três Poderes desta Nação incentivando cada vez mais que quem já tem muito ganhe mais e que quem tem pouco pague a conta



dessa elite.

É urgente votarmos essas reformas, é urgente derrotarmos o projeto de lei, enviado pelo STF, que aumenta o teto constitucional, é urgente derrotarmos também qualquer tentativa, na Câmara dos Deputados, de aumento de salário dos próprios Parlamentares, que hoje recebem quase 34 mil reais. Eles estão na elite de renda da população brasileira, o segmento de 1% da população, o dos mais ricos. Não importa se é um Deputado de direita, de esquerda, de centro, seja o que for, quem é Deputado é rico no Brasil. E não pode querer aumentar salário quando a população está desempregada. E não pode querer aumentar salário quando há empreendedores sem condição de contratar mais nas suas empresas, porque não sabem se vão ter dinheiro para pagar a folha de pagamento. Não é possível que esses assuntos voltem à Câmara dos Deputados, voltem a este plenário enquanto estivermos ainda muito longe de resolver os problemas de quem paga a conta, que é a população brasileira.

Nós continuaremos lutando, até o fim deste mandato, para impedir que absurdos como esses, que privilégios como esses sejam pautados neste plenário. Seguiremos trabalhando firmes para que consigamos aprovar no Congresso Nacional as reformas necessárias. Ainda há tempo, temos praticamente quase 3 meses de trabalho. Já existe texto de reforma tributária, já existe texto de reforma administrativa. Portanto, não há por que não votá-las. Deputados tinham medo de votar a reforma administrativa porque estavam com receio de sofrer alguma retaliação na eleição. Agora isso não é mais preciso. A eleição já passou.

Espero que agora voltem todos a se preocupar com o Brasil, e se preocupar com o Brasil passa invariavelmente por apoiar essas pautas que vão tirar o País do atraso, por apoiar essas pautas que vão dar mais produtividade tanto para o setor público quanto para o setor privado no Brasil.

É essa a nossa luta e será até o último dia deste mandato.

Muito obrigado.